



NO ANO PASSADO, 77% DOS ACORDOS ACIMA DA INFLAÇÃO

SÃO evidentes os sinais do cenário positivo para o trabalhador. Um dos resultados da retomada do crescimento econômico no país é que, no ano passado, de um total de 19.531 acordos coletivos, 77% foram fechados com reajustes salariais acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O índice do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é usado como referência nas negociações.

Além disso, 17,3% tiveram reajustes equivalentes à inflação, enquanto 5,7% ficaram abaixo. Até agora, a variação real média no ano corresponde a 1,11% acima do INPC-IBGE. Pelo último dado, o índice está acumulado em 3,71%.

Outra constatação é que em relação aos tipos de instrumentos coletivos, aumentos reais continuam mais frequentes entre os acordos coletivos (78,9%) do que entre as convenções coletivas (72,7%).

Pisos salariais

Em 2023, o valor médio dos pisos salariais foi de R\$ 1.651,57. O valor fica 25% acima do salário mínimo oficial (R\$ 1.320,00 no ano passado). O maior piso médio registrado é o dos serviços (R\$ 1.689,35) e o menor, do setor rural (R\$ 1.564,85).

Além disso, 17,3% tiveram reajustes equivalentes à inflação, enquanto 5,7% ficaram abaixo. Até agora, a variação real média no ano corresponde a 1,11% acima do INPC-IBGE. Pelo último dado, o índice está acumulado em 3,71%.



Governo quer baratear a conta de luz

Foto Divulgação



Para aliviar a barra da população brasileira que sofreu com as altas exorbitantes da energia elétrica nos últimos anos, o governo Lula avalia uma série de medidas, para diminuir o preço final da conta.

De acordo com especialistas, uma das principais ações planejadas pelo governo é a elaboração de uma medida provisória no setor elétrico. A expectativa é de que seja editada ainda neste mês.

As propostas que podem ser inseridas incluem o remanejamento de recursos para reduzir o impacto do reajuste contratual de energia no Amapá, remanejamento de recursos de fundos setoriais para reduzir os impactos e redistribuição dos custos de confiabilidade do sistema elétrico.

CORREÇÃO DO IR AJUDA O TRABALHADOR



A correção da tabela do Imposto de Renda é uma pauta antiga. A realidade atual contradiz os princípios de progressividade fiscal, fundamentais para promover a redistribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais.

A defasagem é atualmente superior a 140%, mesmo na primeira faixa de renda, atualizada em 2023. O déficit joga a carga tributária nos ombros dos assalariados. Por isso, precisa de correção para acompanhar o aumento do custo de vida e garantir uma tributação justa e equitativa.

Para exemplificar, pela forma como são definidas as regras atualmente, quem tem salário de R\$ 5 mil por mês paga o mesmo índice de quem tem rendimento de R\$ 5 milhões. Muito desproporcional.

Na prática, os trabalhadores da base da pirâmide social são extremamente prejudicados com os descontos nos salários, enquanto os mais ricos são agraciados, com pagamento pífio.

Em nota conjunta, as centrais sindicais alertam para o fato de a falta de atualização da tabela do IR manter privilégios e retirar mais dinheiro dos trabalhadores. O reajuste do mínimo sem a atualização, por exemplo, resulta em situação alarmante para quem recebe dois salários mínimos, que agora está sujeito ao pagamento.

O governo ficou de apresentar mudanças na tributação da renda até março, na segunda fase da reforma tributária. Porém, as recentes declarações do ministro Fernando Haddad sugerem que as alterações só serão pautadas em 2025.

Mais de 21 milhões beneficiados pelo Bolsa Família

Foto Divulgação

Após alcançar o maior volume de recursos da história, o Bolsa Família bateu recorde de benefícios por residência, chegando a 21,12 milhões de residências com valor médio de R\$ 685,61 em janeiro. É o que aponta os dados do governo federal.

Entre os beneficiários estão 9,57 milhões de crianças de zero a seis anos, 406,7 mil gestantes, 486,3 mil nutrízes – pessoas que amamentam – e 15,25 milhões de crianças e adolescentes de sete a 18 anos. Destes, 58,1% são do sexo feminino e 83,5% dos responsáveis familiares são mulheres.

O balanço também



mostra que 73% dos beneficiários se identificam como pretos ou pardos. No recorte por região, o Nordeste lidera com o maior número de famílias atendidas. Em seguida, aparece o Sudeste e Norte. Mas o Sul e o Centro-Oeste também

registram números significativos.

O cenário é totalmente diferente do verificado durante o governo Bolsonaro, quando o programa chegou até a ser extinto, representando um ataque a proteção social dos brasileiros.